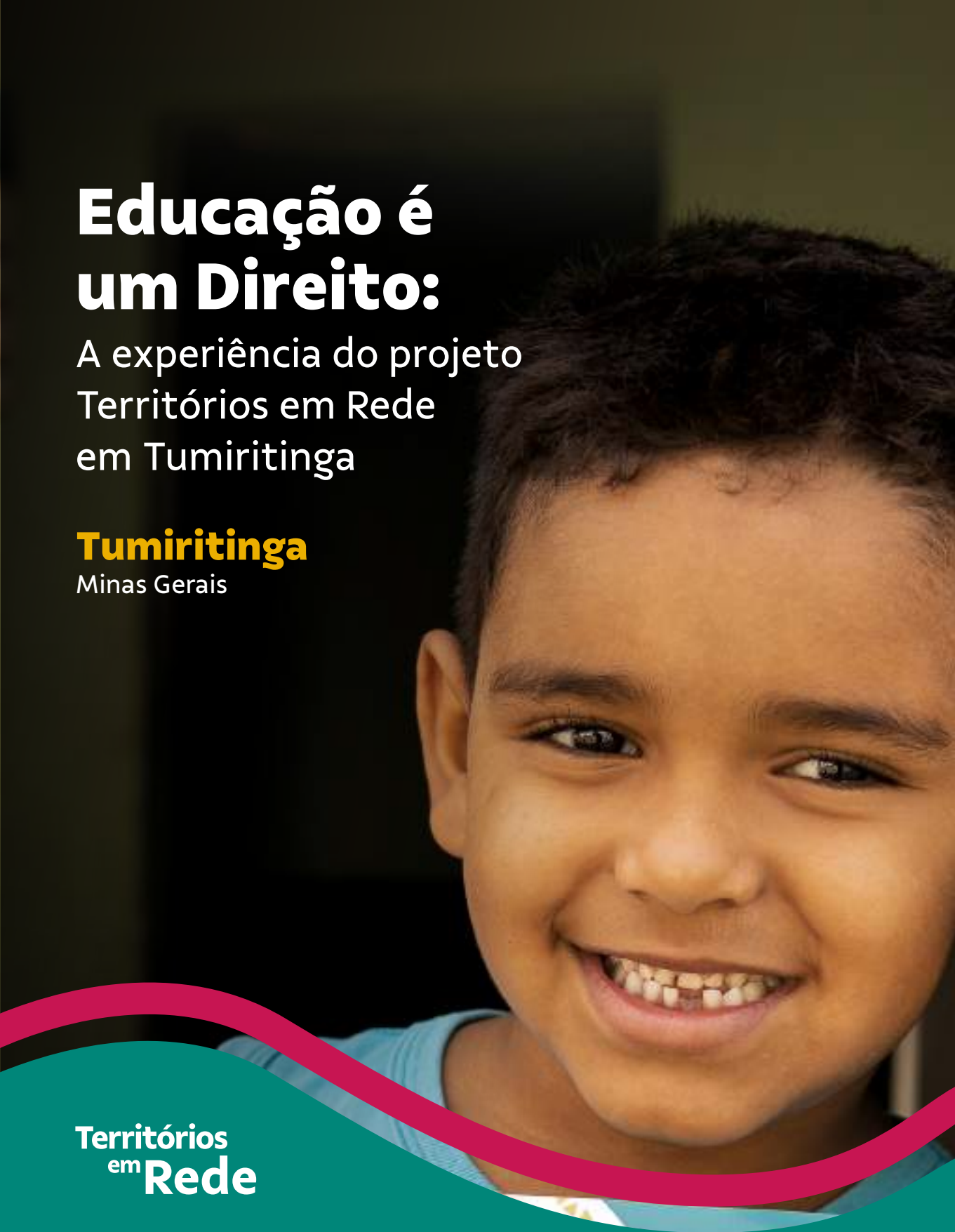
Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Tumiritinga

Tumiritinga
Minas Gerais



Territórios em Rede

Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Tumiritinga

Tumiritinga
Minas Gerais
2024

Iniciativa:
FUNDAÇÃO VALE

Parceiro Executor:
CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva
Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant
Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop
Diretora Executiva

Fernanda Fingerl
Gerente de Metodologias Sociais

Maykell Costa
Gerente Sul/Sudeste

Andreia Prestes
Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz
Analista de Metodologias

Juliana Bahia
Analista Sul/Sudeste

Fabio Macedo
Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa
Diretora Geral

Paula Patrone
Diretora Institucional

Raiana Ribeiro
Diretora de Programas

Roberta Tasselli
Diretora de Comunicação

Eliana Sousa Silva
Consultora Metodológica

Julia Ventura
Gestora Estratégica

Gisele Martins
Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho
Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues
Felipe Tau
Raquel de Oliveira Silva
Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi
Filipe Mendonça
Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura
Isys Remião
Gestão de Comunicação

Elza Sousa
Cintia Soares
Gestão Geral de Campo

Roberta Castro
Roberta Verneque
Gestão de Polo

Sabrina Bairros
Analista de Comunicação

Jaqueline Maria Ferreira de Souza
Assistente de Comunicação

Marco Faganello
Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento
Assistente Monitoramento e Avaliação

Cristiane Aparecida de Oliveira
Katarine Rosa de Oliveira
Yasmin Mancini
Assistentes de Projeto

Equipe Territórios em Rede

Tumiritinga

Andressa Bertoncello Valandro
Gestora Local

Amanda Guimarães Amorim
Amanda Santos Rocha
Articuladoras Locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Luiza Santos
Pesquisadoras

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Julia Ventura
Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Revisão técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Derick Ramon
Diagramação

Elizete Munhoz Ribeiro
Revisão de textos

Daniele Moura
Isys Remião
Revisão Final

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Apresentação

Criada há mais de 50 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades, principalmente, em cinco estados – Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores, para potencializar seu trabalho nos campos da Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte desta rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do Terceiro Setor com experiência em políticas públicas, como, por exemplo, a Associação Cidade Escola Aprendiz.

No campo da Educação, a Fundação Vale volta-se, hoje, para o desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate da exclusão escolar, visando à promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.

FUNDAÇÃO VALE

www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Tumiritinga (MG), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo, que envolveu a coleta de depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi, cuidadosamente, construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Tumiritinga.

Os registros consolidados neste documento visam servir como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação para crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar, com outros municípios, os dados obtidos e as análises realizadas, a fim de fortalecer o combate da exclusão escolar em novos contextos, visto que este fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização deste legado transcenda fronteiras e fortaleça o Direito à Educação como uma pauta pública prioritária no Brasil.

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Sumário

5 Apresentação

9 Introdução
9 O projeto Territórios em Rede
14 O município de Tumiritinga (MG)

19 A implementação do Territórios em Rede em Tumiritinga
19 Pressupostos éticos e conceituais
23 Passos estruturantes

65 Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Tumiritinga
65 Observações Gerais
70 Destaques

75 Cenários da exclusão escolar
77 Casos ilustrativos
80 Intersetorialidade

83 Resultados e impactos
83 Métodos de identificação
86 Incidência política

93 Considerações e aprendizagens

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do projeto Territórios em Rede em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios, a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações a fim de contribuir com a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino, tendo início nos municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro

Em nível nacional, a pandemia da covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando, principalmente, crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na Educação. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de cinco milhões de crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos, não matriculados ou sem acesso à aprendizagem, sendo que mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos – faixa etária com acesso à escola praticamente universal antes da pandemia.[1]

Sob tais condições, a iniciativa do projeto Territórios em Rede destaca e enfatiza a necessidade da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

1 Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

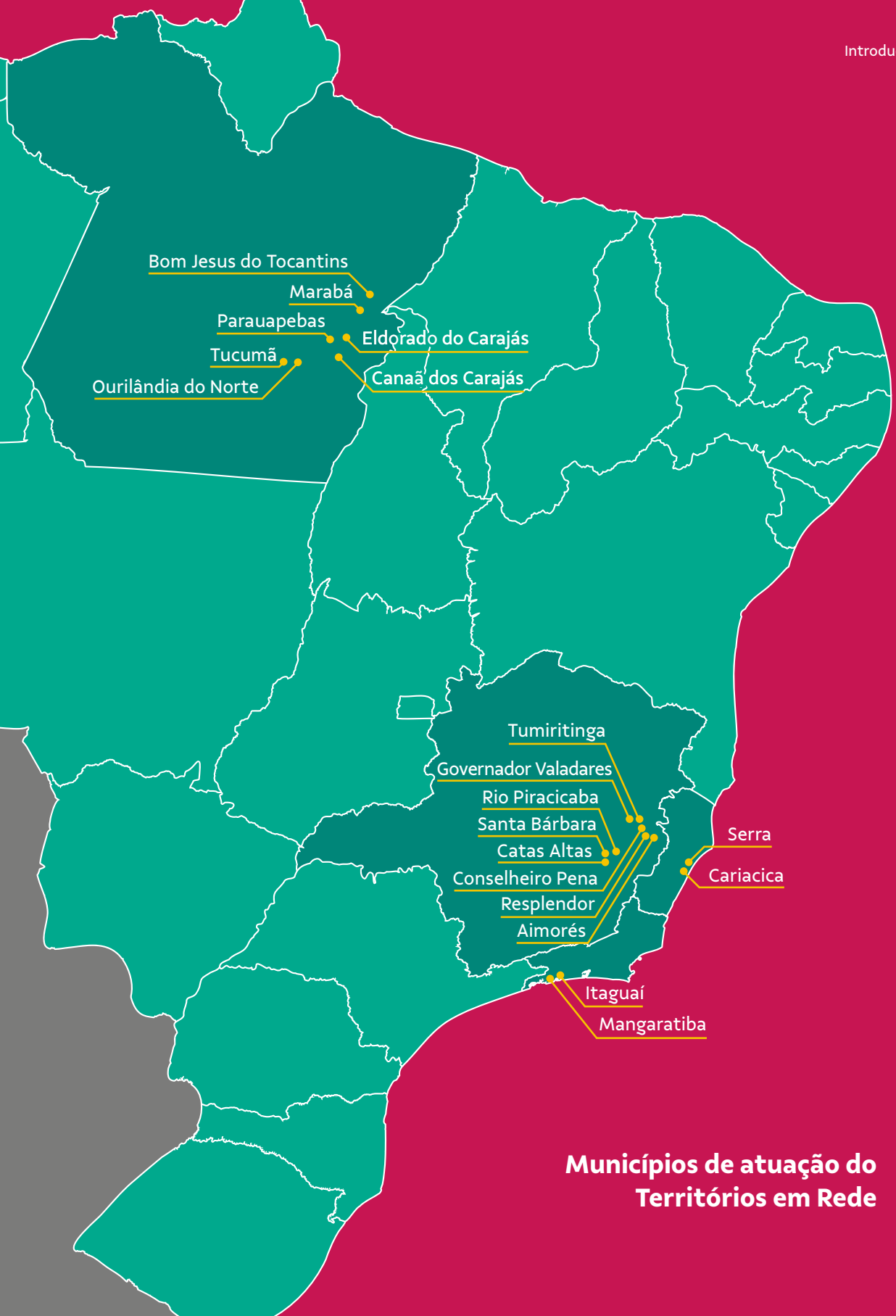
Inspirado na perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e a reprodução das desigualdades sociais, além das diversas formas de violência que afetam, sobretudo, a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Portanto, a garantia de uma Educação de qualidade referenciada socialmente, para crianças e adolescentes está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola, e, consequentemente, à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Esse desafio se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando, especialmente, as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

Os municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA) foram referências para a expansão do Territórios em Rede para outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

"Não adianta a gente chegar num território ou num município e falar: 'Eu vou atuar assim.' A gente tem que entender aquela realidade, ouvir os atores, incorporar um pouco os sentimentos daquele local, para que a gente tenha alguma condição de colaborar."
Pâmella De-Cnop, diretora executiva da Fundação Vale

Durante quatro anos de atuação contínua, com base em diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, o Territórios em Rede (TR) conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. O resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa escolar, como estratégia eficaz para assegurar Educação e Proteção Social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.



Municípios de atuação do Territórios em Rede

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando à estruturação e à articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas para a prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem promover o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, considerando-se a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Especialmente durante a pandemia de covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se como estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre unidades escolares, demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, evidenciando a escola pública brasileira não apenas um equipamento capaz de promover aprendizagens e desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também uma estrutura essencial para o acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o projeto Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar[2] ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional, que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados, devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados, devido à falta de vagas na rede pública de Educação e/ou vagas próximas de suas residências;

2 Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF

- abandonaram ou evadiram do sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e a de seus familiares, e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

Sob esta ótica, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, que seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que pelo menos 95% delas concluam esta etapa na idade recomendada. Além disso, o plano pretende universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, expandir a oferta da modalidade em creches para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos no país, e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o projeto Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no Brasil. A proposta, respeitando as diversidades de cada território, oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar a metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Tumiritinga (MG)

Tumiritinga é um município localizado na região do Vale do Rio Doce, no leste do estado de Minas Gerais. Pertence à Mesorregião do Vale do Rio Doce e à Microrregião de Governador Valadares, compondo a Região de Planejamento do Rio Doce, segundo o Governo de Minas Gerais. Apesar de estender-se por 500,073 km² (IBGE, Área Territorial, 2022), a área urbanizada é uma pequena fração deste total: apenas 1,74 km².[3]

A história do município mineiro, como o conhecemos atualmente, teve início no começo do século XX, com a iniciativa de construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e de uma de suas estações ferroviárias. Até a primeira década do século passado, a área onde hoje se localiza a cidade pertencia a uma propriedade rural particular, no município de Tarumirim. Iniciadas as obras, ali se estabeleceram os trabalhadores que a realizaram, passando o lugar a se chamar Parada da Cachoeirinha. Com o crescimento demográfico e econômico, em 1938, o povoado se tornou distrito de Cachoeirinha, tendo seu nome mudado para Tumiritinga, alguns anos depois, em 1943. Em 1949, o distrito foi emancipado, tornando-se um novo município.[4]

3 Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tumiritinga/panorama
4 Disponível em https://www.cisdoce.com.br/detalhe-da-materia/info/tumiritinga/6530

Folia de Reis Estrela de Belém

Fonte: Poly Acerbi Appa

Em Tumiritinga acontece, anualmente, a Folia de Reis Estrela de Belém, de importância cultural reconhecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). Conhecidas como ternos ou companhias, as folias são manifestações religiosas que se constituem na devoção aos santos católicos, aos Reis Magos e Nossa Senhora da Conceição. Tradicionalmente, são formadas por músicos, cantores, percussionistas, podendo apresentar atores que interpretam personagens, como reis e palhaços. Cada Folia possui sua própria indumentária, uma vez que assumem características regionais. Tradição de origem ibérica, as folias fazem parte das celebrações mais antigas e difundidas do estado de Minas Gerais e do Brasil, tornando-se um componente significativo na construção do imaginário social, da identidade e da memória coletiva dos mineiros.

Composição de fotos de pontos turísticos de Tumiritinga

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Tumiritinga

Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município mineiro tem 5.886 habitantes. A população é composta por 3.624 pessoas pardas (61,6%), 772 pretas (13,1%) e 21 indígenas (0,4%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 1.436 (24,9%) e 6 (0,1%) pessoas.

Em 2022, havia 827 pessoas ocupadas em emprego formal – o que representa cerca de 14% da população. O rendimento médio de trabalhadores formalizados era de 1,3 salário mínimo[5] (IBGE, 2022)

No mês de julho de 2024, o município de Tumiritinga teve 2.050 famílias incluídas no Cadastro Único, sendo 1.115 (54%) em situação de pobreza. Tais famílias somavam 4.443 pessoas, com 2.658 (60%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R$ 218,00.

A atualização do Cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento do benefício. Em julho de 2024, 79% das famílias estavam com o registro

5 Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tumiritinga/panorama

atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 88% do total.

No mês de julho de 2024, o município de Tumiritinga teve 1.110 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, que reuniam 2.855 pessoas e totalizava uma transferência mensal de R$ 735.445,00, resultando em um benefício médio de R$ 663,16 por família.

Devido à pandemia de covid-19 e à interrupção das atividades escolares, o acompanhamento das condicionalidades da Educação foi suspenso na implementação do Bolsa Família. Porém, desde junho de 2022, voltou a ser obrigatório.

Em maio de 2024, 1.032 beneficiários(as) de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para o acompanhamento das condicionalidades de Educação no município de Tumiritinga. No período, foram acompanhados 81,8% – o que totaliza 844 beneficiários(as) entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80,6%). Entre as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários(as) do Bolsa-Família que tiveram o acompanhamento da condicionalidade na Educação, todos (100%) cumpriram o mínimo de 60% de frequência escolar para as crianças de 4 e 5 anos, e de 75%, para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos.

A situação de pobreza é caracterizada pela renda mensal de, no máximo, R$ 218,00 por pessoa. Se a renda mensal não ultrapassar R$ 109,00 por pessoa, a família é classificada em situação de extrema pobreza.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Governo Federal, 2024

Foto: Perikles Siqueira, 2022

A implementação do Territórios em Rede em Tumiritinga

Pressupostos éticos e conceituais

Direito à Educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nesta perspectiva, desenvolve-se ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com as múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação a todas as crianças, o projeto defende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendem à infância, à adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural – o que significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e cada território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas.

"O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado".
Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende o papel do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão de crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Neste sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

Contexto

O território é contexto. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas como parte do projeto educativo e corresponsáveis por apoiar o acesso à Educação de crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é **rico em interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo de estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis que estão além das instituições.

Articulação intersetorial

Como apresentaremos em maior profundidade nas próximas seções, para que as crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (Tedesco;

López, 2002).[6] Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos sejam considerados. Para isso, é preciso contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado, além de equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições a dar ao desenvolvimento integral de crianças e jovens (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação, e na salvaguarda dos demais direitos humanos.

Assim, denominamos **redes territoriais** os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de **ações comunitárias e projetos locais**, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações, comumente, se reúnem para discutir propostas de desenvolvimento local e trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Importante!

Como princípio orientador, a **rede de proteção social territorial** desenvolve estratégias de integração dos agentes locais, buscando superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a criação de comitês multidisciplinares de referência para cada família atendida.

6 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE* – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103.

Como estrutura formalizada, compreende-se a criação de **redes de proteção social** estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns, para prestar assistência a pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A **escola compõe ou dialoga diretamente com as redes** – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo de crianças e estudantes no processo de aprendizagem, com foco na capacidade que têm de construir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e a colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma estratégia para materializar e concretizar relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à Educação e garantia da aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial intersetorial com participação comunitária.

A atuação em rede torna-se central para a efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, focada no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de crianças e adolescentes.

Passos estruturantes

O projeto Territórios em Rede ampliou suas atividades para Minas Gerais, em 2021, envolvendo, num primeiro momento, os municípios de Aimorés, Conselheiro Pena, Governador Valadares e Resplendor. Em Tumiritinga, a iniciativa foi implementada a partir de agosto de 2022.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as prefeituras desses municípios, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Os encontros foram estratégicos para iniciar as visitas a instituições públicas, e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o Território

Após pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcançar suas metas centrais:

Meta primária

Reinserir 108 crianças na escola, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 270 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Tumiritinga. A meta representaria 40% dessa população.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A Meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas no Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível na época. Para apoiar a Meta principal, foram estabelecidos indicadores de processo, que serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda Meta teve como objetivo apoiar o trabalho das Secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para atingir os objetivos e as metas previstas, deu-se início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente, ao longo de todo o percurso do Territórios em Rede em Tumiritinga:

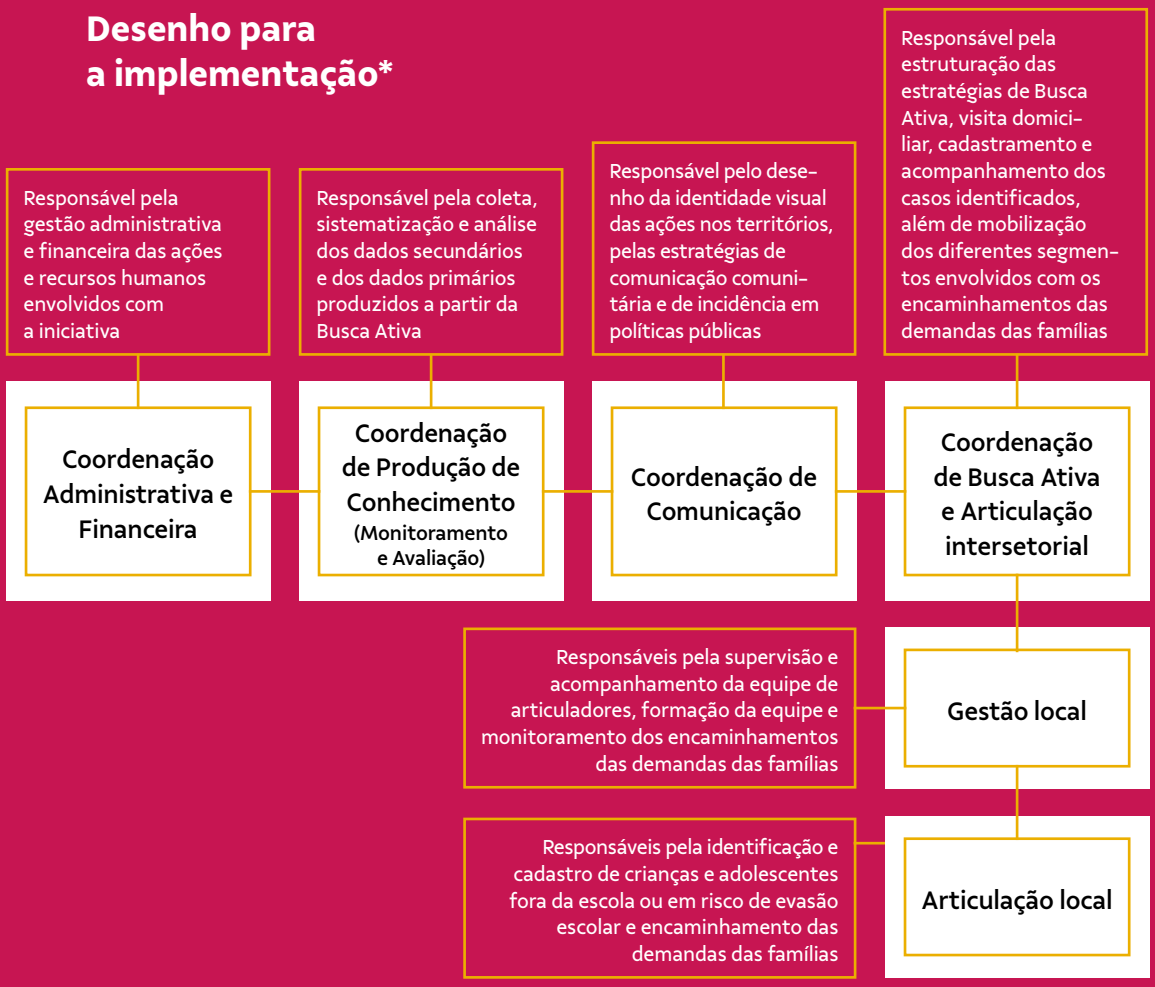
- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersetorial com a criação de um Comitê Gestor Intersetorial**, com foco na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial**, para levantamento de dados e de informações sobre o município;
- **Formação em Serviço**, com a capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;

- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social**, que estabelecia estratégias de comunicação voltadas a sensibilizar e mobilizar o município, para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa e Articulação no território**, com trabalho de campo voltado para a identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), além da mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento**, a partir do cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidos;
- **Sistematização da metodologia** construída em Tumiritinga, discutindo as aprendizagens e o legado, no que se refere à incidência política do projeto no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como propósito central garantir o acesso e a permanência escolar, mantendo o vínculo de estudantes e famílias com as escolas, e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e na prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora local e uma articuladora que, além de residirem no município, detinha conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial.

Desenho para a implementação*



*Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

Reunião com Secretaria Municipal de Saúde

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Formação inicial e contínua da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto Territórios em Rede em Tumiritinga (MG) não apenas avançou na sua estruturação, mas promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação visando a ações integradas entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.

A formação teve como objetivo o planejamento e a implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal **1988**

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liber-dade e à convivência familiar e comunitária.[7]

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) **1990**

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A Lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento. [8]

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) **1996**

Apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização. [9]

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos **2010**

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação. [10]

7 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/ DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituiçao.htm.
8 BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/ handle/id/ 598 834/ Eca normas_correlatas.pdf
9 BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ ccivil03/ leis/ l9394.htm
10 BRASIL. *Resolução CNE/CEB 7/2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf

Equipe de campo em atividade de panfletagem

Fonte: Banco de imagens do projeto, 2022.

Equipe em campo

A equipe do projeto em Tumiritinga (MG) entrou em campo em setembro de 2022. Para melhor identificar os articuladores, a equipe atuava uniformizada, e foi apresentada por um vídeo, divulgado para as famílias e as instituições locais. Com isso, ampliou-se a confiança para sua entrada nas casas e nos territórios, de modo que as parcerias foram crescendo, sobretudo com as unidades de ensino.

Projeto TR em Tumiritinga (MG). Apresentação da equipe no território – YouTube

Distribuição de faixas no território

Foto: Banco de imagens do projeto, 2022

A equipe deu início às atividades de campo, realizando mapeamento, visitas e cadastro das organizações locais. Além da distribuição de *folders*, cartazes e faixas para divulgação do projeto no município.

Articulação Intersetorial e Criação do Comitê Gestor Intersetorial

Considerando a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas, em Tumiritinga, parcerias com instituições e órgãos necessários à implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais do município, visando divulgar o projeto e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

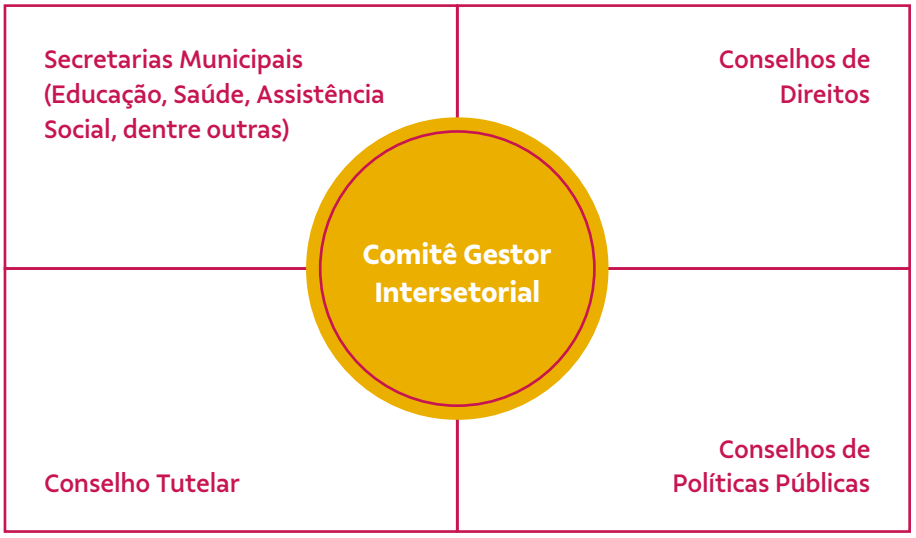
A formação do **Comitê Gestor Intersetorial** no município, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação de gestores, visando à ativação das redes de proteção social e o acesso aos direitos da cidadania.

De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, nos territórios. Os componentes e as diretrizes eram definidas e apresentadas pelas equipes técnicas das Secretarias, seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.

O trabalho de fomento à intersetorialidade realizado no âmbito do **Comitê Gestor Intersetorial (CGI)** possui os seguintes objetivos gerais:

Reunião do Comitê Intersetorial em Tumiritinga

Foto: Banco de imagens do projeto, 2022



Objetivos gerais do CGI

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersetorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhada, de acompanhamento da implementação do projeto, com o Poder Público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersetorial do Comitê, para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal, intersetorial, de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar no município;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede, com os representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Tumiritinga. Nesses encontros, casos críticos de crianças fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos e diferentes estratégias foram desenhadas para responder, de forma efetiva, às questões identificadas.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do projeto Territórios em Rede à realidade local, buscou-se informações em bases de dados secundárias, que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar.

Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, voltado para a elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais do município, tanto em sua elaboração inicial, quanto ao longo do projeto. Esse estudo se tornou uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo Direito à Educação, ao transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadores de classe, raça e gênero.

Desafios encontrados em Tumiritinga

A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar crianças em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar em Tumiritinga, mas auxiliaram no acompanhamento e na avaliação das ações implementadas.

De acordo com dados do Censo do IBGE, a população de Tumiritinga diminuiu 6,5%, entre 2010 e 2022, provavelmente em consequência da migração de saída. No entanto, a população de 4 a 17 anos retraiu bem mais no mesmo período, registrando uma queda de 33,5%. Além do efeito da migração, isso se deve à redução da fecundidade, que ainda se mostra em curso no município.

População de 4 a 17 anos, por faixa etária escolar – Tumiritinga (MG)

Idade	ano	
	2010	2022
4 e 5 anos	212	148
6 a 10 anos	621	403
11 a 14 anos	551	367
15 a 17 anos	394	265
Total	**1.778**	**1.183**

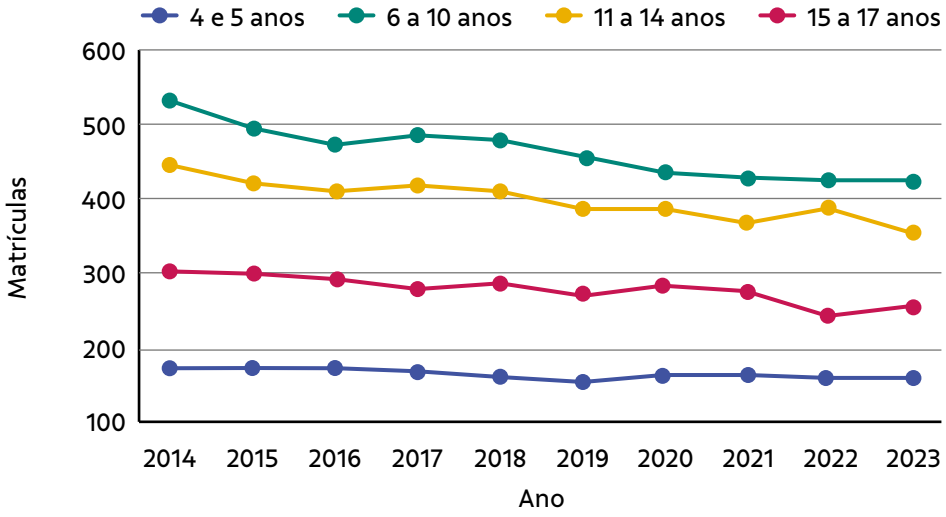
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

Foto: Periklles Siqueira, 2022.

O número de matrículas recuou 28,4%, entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, menos do que a retração da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar avançou no período.
Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 1.307 matrículas na Educação Básica, sendo 1.128 de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da Etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 – Tumiritinga (MG)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
4 e 5 anos	172	173	173	169	158	143	155	158	149	152
6 a 10 anos	559	508	474	491	482	451	420	409	405	402
11 a 14 anos	460	427	412	425	415	380	381	351	377	333
15 a 17 anos	306	303	293	275	284	260	281	268	221	241

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de ensino de Tumiritinga era responsável por 51,4% das matrículas na Educação Básica, e a rede estadual por 48,6%. Não havia participação de unidades de ensino privadas. Na Educação Infantil, a rede municipal era responsável por 100% das matrículas na creche e na pré-escola. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal era responsável por 94,3% das matrículas e a rede estadual por 5,7%. Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a rede estadual contemplava 100% das matrículas.

A distribuição das matrículas na Educação Básica, por gênero, no município mineiro reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente (51,2%), mas no Ensino Médio as meninas são maioria (54,1%). Esses números evidenciam a evasão e a exclusão escolar mais precoce dos meninos, a partir da adolescência.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Tumiritinga, no Censo Escolar de 2023, alcançou 80,5% das matrículas. Nesse contingente, de 1.052 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 71,5%; os brancos, 19,7%; e os pretos, 8,2%. Os demais, foram declarados como amarelos (0,6%) ou indígenas (0,1%).

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2023 – Tumiritinga (MG)

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	752	71,5%
Branca	207	19,7%
Preta	86	8,2%
Amarela	6	0,6%
Indígena	1	0,1%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referentes a 80,5% do total (255 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar (2023), 92,2% das matrículas da creche são crianças atendidas em tempo integral (mínimo de 7 horas por dia). Na Pré-escola, 68,8% das matrículas são ofertadas com esta carga horária. Nos anos

iniciais e finais do Ensino Fundamental, 100% das matrículas são em horário parcial (menos de 7 horas por dia). No Ensino Médio, atendido pela rede estadual, o horário integral é oferecido em 21,4% das matrículas.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Tumiritinga (MG)

Etapa	%
Creche	92,2%
Pré-escola	68,8%
Anos Iniciais	0%
Anos Finais	0%
Ensino Médio	21,4%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que estão dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estejam matriculados.

Em Tumiritinga (MG), no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 4,9%; dos anos finais, de 9,2%; e do Ensino Médio, de 6,8%. A TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresentou alta pelo terceiro ano consecutivo, se aproximando do patamar que se encontrava em 2017. Já nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, foi mantida a trajetória de queda, alcançando o menor percentual da história do município.

Taxa de Distorção Idade–Série em 2023 – Tumiritinga (MG)

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9%
Anos finais do Ensino Fundamental	9,2%
Ensino Médio	6,8%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 98,5% no ano de 2022 (os resultados de 2023 ainda não foram divulgados). Esse patamar elevado foi alcançado em 2013, com pequenas variações desde então. Nos anos finais, a taxa de aprovação de 2022 foi de 98,4%, mas vale destacar que a barreira dos 90% só foi superada a partir de 2019.

No Ensino Médio, a trajetória de alta foi interrompida em 2017 e 2018, mas recuperada em 2019, quando a linha dos 90% fora ultrapassada pela primeira vez. Em 2022, 94,4% dos estudantes do Ensino Médio foram aprovados.

Ponto de atenção!

Para o sistema educacional, há uma diferença entre as definições de abandono e evasão escolar. Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão refere-se ao estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.

A taxa de abandono escolar expressa, entre estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.

No município de Tumiritinga (MG), cada etapa escolar apresentou uma trajetória diferente nos últimos anos. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono veio oscilando na última década, variando entre 0,4%, em 2018, e 1,3%, em 2019. No ano de 2022, porém, a taxa de abandono foi de 1,2%, ou seja, bem próxima da maior taxa da década. Nos anos finais, a trajetória é de queda, apesar de também oscilar em alguns anos. Porém, em 2022, foi registrada uma taxa de abandono de

apenas 1,1%, a menor desta etapa da Educação Básica em toda a série histórica do Censo Escolar.

No Ensino Médio, a trajetória era de queda, entretanto, com variações mais amplas, como, por exemplo, de 11,5%, em 2017, a 1,4%, em 2019. Em 2022, a taxa de abandono foi de 5,6%, o que representou um aumento em relação ao ano anterior (em 2021, foi de 3,4%).

Taxa de Aprovação em 2022 – Tumiritinga (MG)

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	98,5%
Anos finais do Ensino Fundamental	98,4%
Ensino Médio	94,4%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

Taxa de Abandono em 2022 – Tumiritinga (MG)

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	1,2%
Anos finais do Ensino Fundamental	1,1%
Ensino Médio	5,6%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas públicas recuou na última edição, em 2021, e é o menor desde 2013. Nos anos finais do Ensino Fundamental, o Ideb das escolas públicas aumentou em 2021, e é o segundo maior desde 2015, atrás apenas do índice alcançado em 2013. No Ensino Médio, o Ideb das escolas públicas recuou na última edição, e é o menor medido no município. Seja no Ensino Fundamental ou no Médio, o Ideb das escolas públicas de Tumiritinga é inferior aos índices estadual e nacional.

Dados da rede pública de ensino em Tumiritinga

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
5,2	**4,7**

Matrículas em 2023

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
384 matrículas	**355 matrículas**	**229 matrículas**

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
70 docentes	**42 docentes**

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
6 escolas	**3 escolas**

Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2023. INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2021.

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo projeto Territórios em Rede se organiza no "bater de porta em porta", caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa implica, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

"Eu tenho muito a agradecer o apoio que foi muito essencial, principalmente nas horas que mais precisei. Agradeço muito pela vida de cada um que faz parte deste projeto e, mais ainda, pela vida de minha filha, que tem tido um enorme suporte ultimamente. Gratidão."

Mãe de quatro crianças atendidas no bairro de Córrego do Traíra, em São Geraldo de Tumiritinga

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa escolar teve início em Tumiritinga a partir da articulação de diferentes fontes de informação que identificaram possíveis casos de desvinculação escolar e se tornaram casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi produzido um mapeamento de instituições do território, e estabelecidas ações de mobilização e comunicação que se espalharam pelos bairros do município.

Mapeamento de Instituições e Demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis realizado pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou o diálogo e o acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho na ponta e no cotidiano. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e a colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto às equipes de gestão e pedagógicas, verificando as demandas específicas em cada instituição.

Visita aos equipamentos públicos

Foto: Banco de dados do projeto, 2022.

Busca Ativa nas ruas

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola, de porta em porta, a partir da demanda espontânea. Muitas vezes é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças que não estão indo para a escola;
- Visitas aos CRAS[11], unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios locais;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado fez muita diferença na recepção e no acionamento dos articuladores nos territórios.

11 Centro de Referência da Assistência Social

Atendimento de família para cadastro de crianças fora da escola

Foto: Banco de imagens do projeto, 2023

Busca Ativa escolar no distrito de São Geraldo com participação da comunidade e representantes da Escola Municipal Laudelina Rodrigues dos Santos, onde a equipe realizou o cadastro de dez famílias e fez orientações sobre o projeto e a garantia dos direitos.

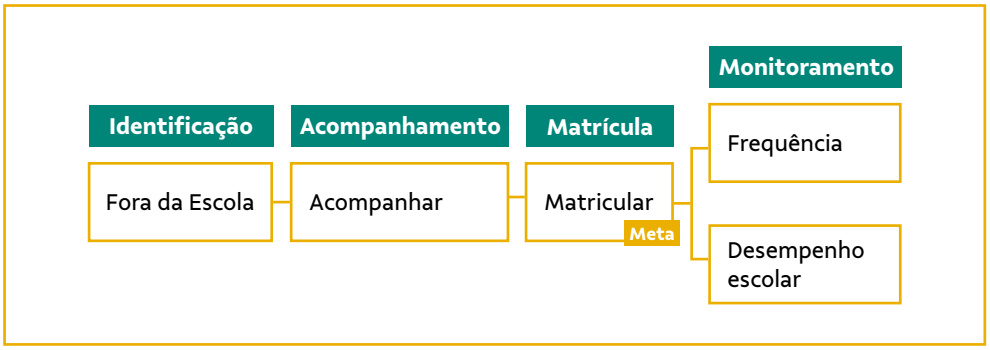
Procedimentos ao encontrar uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar

1. Articulador se aproxima da família para entender a situação, por meio de uma visita domiciliar;
2. Articulador realiza uma entrevista, para coleta de informações, cadastro e entendimento sobre o caso;
3. Cadastramento da família no sistema de monitoramento. Os dados são registrados em um aplicativo que alimenta o banco de dados do projeto;
4. Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para o acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.

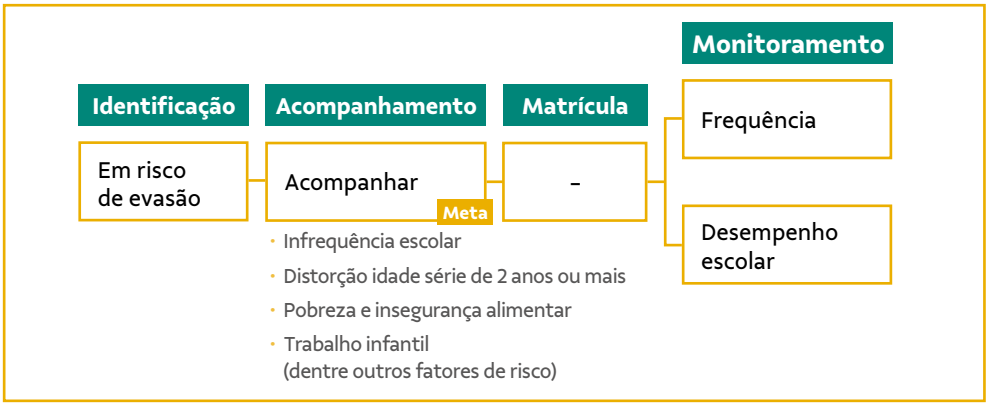
Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
• Identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; • assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; • uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar;	• Identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); • monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; • avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências;
• verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras);	
• realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares).	

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, realizava uma visita domiciliar para entender, com os pais ou responsáveis, os motivos da infrequência, do abandono, da evasão ou por nunca ter estado na escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou adolescente na escola, envolvia:

1. a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada; e

2. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social, como saúde, moradia ou ausência de responsável, transferir a criança de escola por motivos de conflitos no território que afetavam o deslocamento da criança até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento do estudante e sua família , em diálogo direto com os gestores das unidades escolares, buscando sua permanência na escola, por meio do constante monitoramento das listas fornecidas, periodicamente, pela rede de Educação. Caso houvesse sinais de nova evasão, retomava-se as etapas anteriores.

Desafios encontrados para a realização da Busca Ativa escolar

Os depoimentos fornecidos pela equipe de campo do projeto Territórios em Redes de Tumiritinga (MG) revelam alguns dos desafios enfrentados durante o período pós-pandêmico, especialmente aqueles ligados à saúde mental e às demandas de adaptação à vida escolar presencial, sobretudo entre os adolescentes. Entre os aspectos mais relevantes, destacam-se:

Intersetorialidade e integração das políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma política municipal estruturada para combate e prevenção intersetorial à exclusão escolar. A falta de informação sobre papéis e atribuições dos diferentes serviços e equipamentos, assim como a falta de dados sobre as dinâmicas do município dificultava a implementação de ações promotoras do Direito à Educação Básica de qualidade para crianças e/ou adolescentes mais vulnerabilizados.

Alto nível de vulnerabilidade das famílias identificadas

Essa condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas das famílias, além do acesso à escola. Problemas não resolvidos impediam o estudante de voltar e permanecer na rede escolar, exigindo das equipes habilidades específicas para acolhimento, encaminhamento e identificação dos principais fatores que interferiam no acesso.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas centralizadas em Tumiritinga

Uma grande dificuldade identificada foi o acesso à escola para crianças e adolescentes residentes nos distritos mais afastados, devido a distância, à má qualidade das estradas e a condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, muitas crianças e adolescentes estavam infrequentes ou evadidos do sistema educacional, devido ao trabalho realizado para

sustentar a família. A existência de escolas descentralizadas e a ampliação da oferta de EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno poderia ajudar tanto os jovens quanto seus familiares na garantia do acesso à Educação.

Dificuldade no acesso a tratamentos e profissionais de Saúde

A equipe do projeto observou dificuldades das famílias em obter certos tratamentos e ter acesso a profissionais de Saúde. Em Tumiritinga, muitos problemas de saúde requeriam o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), sendo Governador Valadares o principal destino de pacientes. A distância e a incompatibilidade entre os horários das consultas e viagens afetavam a rotina das famílias e eram comuns. O acesso a certas especialidades médicas, como fonoaudiologia, psiquiatria e neurologia inexiste em Tumiritinga, exigindo que os pacientes busquem atendimento em outros municípios. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece tais atendimentos, porém, existe uma limitação no número de consultas disponíveis, por mês, para cada município. Frequentemente, a cota mensal não é suficiente para atender à demanda existente, conforme relatado pela equipe local.

Inexistência de CREAS

Em Tumiritinga não há Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atende à demanda local. Quando é necessário encaminhar casos que exigem intervenção de um CREAS, faz-se uma solicitação à promotoria do município, para que um Centro Especializado da região realize uma visita domiciliar. No entanto, as visitas são realizadas em poucas ocasiões.

Articulação entre as redes estadual e municipal de Educação

Os desafios para estabelecer comunicação e parceria efetivas entre as redes estadual e municipal de Educação no território de Tumiritinga elevam os riscos de evasão nas transições entre as etapas de ensino e impedem uma efetiva integração das gestões escolares na implementação de estratégias articuladas de enfrentamento da exclusão escolar.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação para crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões emergiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Na região de Minas Gerais, onde o projeto Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes séries escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes contando apenas com um celular no domicílio e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação reduziu, drasticamente, as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando na interrupção significativa da rotina educacional, mesmo com a distribuição de *kits* educacionais.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram dificuldades no processo de escolarização, em especial, na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram essas questões se intensificarem, resultando em uma defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Muitos casos de pré-adolescentes de 10 ou 11 anos enfrentando barreiras adicionais por estarem em classes com crianças mais novas foram observados.

A interrupção da escolarização durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudar em casa, levou muitos adolescentes a buscarem trabalho nas ruas a fim de ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns adolescentes foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes em condições de exploração ou em empregos informais, para contribuírem com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas criou resistência ao retorno à escola, dada a necessidade de continuar contribuindo significativamente nas despesas familiares. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, como na lavoura, que não se sentem estimulados a retornar à escola, dada a disparidade entre sua idade e a série em que se encontram.

O envolvimento precoce no mercado de trabalho resulta no afastamento dos processos educacionais, agrava os desafios existentes e cria novas barreiras para a continuidade da Educação formal.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a Busca Ativa escolar por crianças e adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Tumiritinga sobre a essencialidade do acesso à escola. Para que o Direito à Educação se convertesse em uma agenda pública e mobilizasse a sociedade a se corresponsabilizar pelo seu cumprimento, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram utilizadas.

Equipe em panfletagem nas ruas de Tumiritinga

Foto: Banco de imagem do projeto, 2022

A equipe de comunicação procurou sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e objetivos do projeto Territórios em Rede, além de promover uma ampla divulgação para incentivar a procura espontânea pelo projeto. As estratégias adotadas foram variadas, incluindo o uso de carros de som que emitiam mensagens-chave e alcançavam até mesmo a população analfabeta, inclusive na divulgação do período de matrículas da rede municipal

de ensino. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram distribuídos em locais de grande movimento, como escolas, associações de moradores, Postos de Saúde, CRAS e praças públicas. Além disso, a equipe divulgou o projeto em eventos públicos do município, promovidos pela rede intersetorial, e em feiras livres – o que impactou grande parte da população.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo um *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *gifs* e *flyers* circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das ações do projeto em Tumiritinga, os recursos de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade também em veículos comunitários.

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município de Tumiritinga, para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos, como escolas, pontos de ônibus, Postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto nas ruas, centros de atendimento ao público, e comércios;
- Divulgação do projeto em listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias na imprensa municipal.

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou **2.690 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua, que foram distribuídas nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS, Conselhos Tutelares, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

A comunicação em números

130
cartazes e *banners*

10
faixas de rua

2.500
flyers e *folders*

Vídeo do carro de som

18 horas
de carro de som

Durante três dias, foram realizadas 18 horas de carro de som, que percorreu cerca de 450 km para a divulgação do projeto e do período de matrículas na rede municipal de ensino.

Assim, estima-se que essas peças de comunicação alcançaram **289.300** visualizações em todo o período de trabalho em campo.

Boletins

- Foram produzidos **15 boletins institucionais**

Whatsapp

- Foram enviadas **19 mensagens** para as famílias da cidade de Tumiritinga
- A lista de transmissão chegou aos **80 contatos**

Facebook

- **167** publicações
- **3.048** stories
- **30.959** pessoas alcançadas

Instagram

- **180** publicações
- **3.048** stories
- **10.578** pessoas alcançadas

Youtube

O canal do Youtube teve:

- **4.286** visualizações
- **45.253** impressões

Site

Dados do Google Analytics:

- **3.429** usuários
- **3.326** novos usuários

A equipe local participou de formações contínuas que aconteceram ao longo de toda a atuação no campo, para que a comunicação fosse efetiva e alcançasse o maior número de pessoas e regiões.

Equipe em divulgação do projeto

Foto: Banco de Imagem do projeto – 2022

A equipe do Territórios em Rede em Tumiritinga aproveitou as férias escolares para potencializar a divulgação do projeto, com colagem de cartazes no comércio local e faixas de rua, em pontos estratégicos do município.

A divulgação aumentou sua visibilidade e estimulou a participação comunitária, com os moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos materiais com o número de telefone (ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com os articuladores do projeto), principalmente em casos de crianças fora da escola.

As ações de comunicação chegaram à rede intersetorial do município, com a formação de agentes públicos, para a criação de suas próprias estratégias de divulgação da política de enfrentamento da exclusão escolar.

Estabelecimento de Parcerias e Participação em Grupos de Trabalho:

Ao entrar no território, o(a) articulador(a) era orientado(a) a buscar, se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o Territórios em Rede conseguiu, em Tumiritinga, reforçar e combater o fenômeno da criança e do adolescente fora da escola, além de estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o Poder Público.

Nesse contexto, a equipe local buscava articular instituições parceiras, entre associações de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos Públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo a "colaboração" como estruturante, para garantir a Educação como um direito básico.

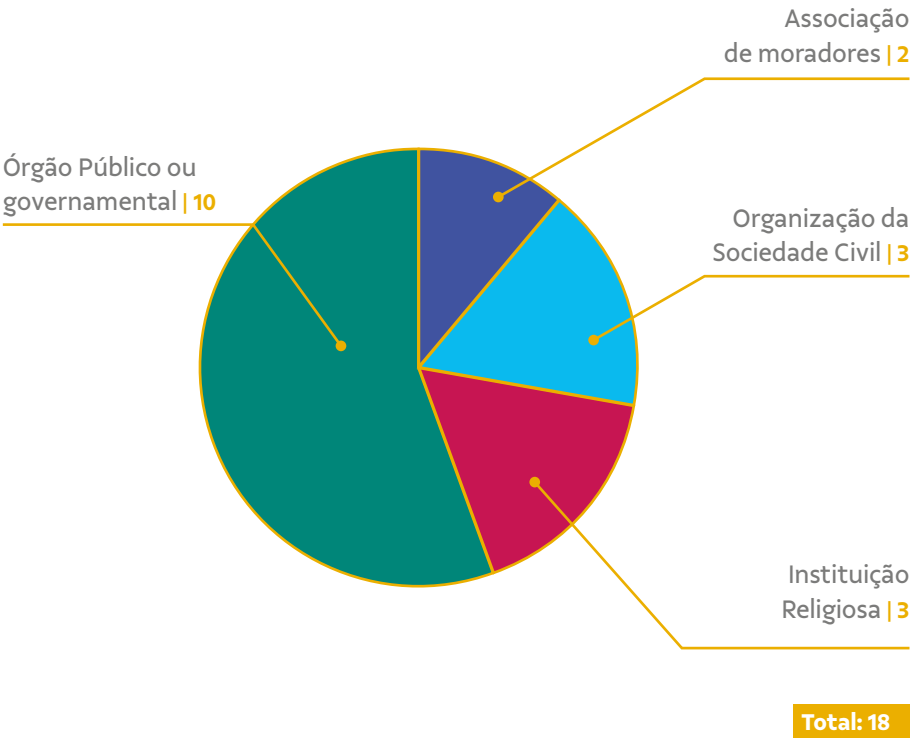
Com base nessa estratégia, importantes avanços foram obtidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais, para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Ao longo do processo de implementação do projeto, a colaboração com a Fundação Vale foi efetiva, facilitando a interação com autoridades locais e fornecendo apoio vital para a sua administração. Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas, em Tumiritinga, parcerias com entidades institucionais necessárias à implementação da proposta.

Nos primeiros três meses do ano, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais dos municípios, visando divulgar e formar articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

Instituições locais mapeadas – Tumiritinga (MG)



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

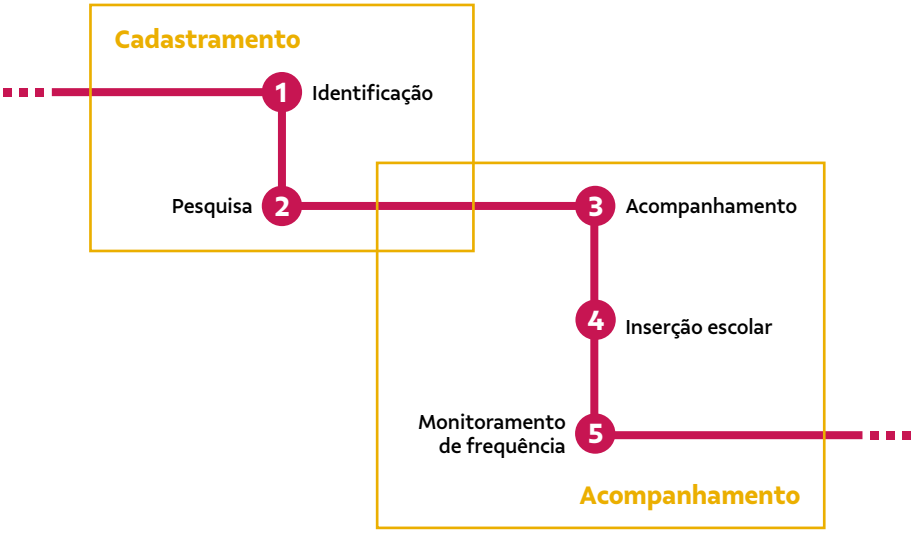
No total, 18 instituições foram identificadas para colaborar com o projeto, por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.

Entre as oito escolas públicas de Educação Básica existentes em Tumiritinga, todas foram apoiadas pelo projeto Territórios em Rede, ou seja, 100% do total.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem para acompanhar, monitorar e avaliar as ações do projeto Territórios em Rede, com vistas à inserção e à permanência das crianças e dos adolescentes na escola.A Figura a seguir ilustra o fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Etapas de cadastro e acompanhamento



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas de três bases de dados, criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Identificação do perfil e demandas das crianças e dos adolescentes assistidos assistidas pelo projeto;
2. Relação de instituições e parceiros;

3. Lista de ações realizadas para assegurar o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas.

A plataforma digital, acessível tanto para articuladores quanto para gestores de campo, oferece diversas funcionalidades:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área, e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula das crianças e dos adolescentes;
- Mapeamento geográfico das residências das criança, dos adolescentes e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado das crianças e dos adolescentes, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho importante realizado foi a pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar, por meio de informações obtidas diretamente com as escolas e de forma sistemática, sobre todos os casos acompanhados pela equipe.

O fluxo estabelecido em Tumiritinga definia que, bimestralmente, o projeto enviaria uma planilha para cada escola com as crianças matriculadas, e a escola indicaria a situação da frequência. Os prazos, alinhados ao fechamento dos conselhos de classe, foram pactuados com a Secretaria e, uma vez que o projeto enviasse a planilha, a escola teria até duas semanas para seu

preenchimento. A parceria com a Secretaria Estadual de Educação, entretanto, não foi estabelecida, impossibilitando o acesso às informações das unidades escolares estaduais.

Na figura a seguir, é apresentado o *status* da pactuação do fluxo com cada rede escolar em Tumiritinga.

Município	Rede	*Status* da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Tumiritinga	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Escolas
Tumiritinga	Estadual	Não estabelecido	—	

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Acompanhamentos dos casos

Semanalmente, a gestora local e a articuladora se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso escolar das crianças e dos adolescentes identificados, compartilhando estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinha uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à permanência dos estudantes em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso à escola. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a avaliar melhor a realidade das famílias, ou seja, o que antes figurava como suposta negligência das famílias, passou a ser

compreendido como um conjunto de situações muito desafiadoras vividas por elas.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e *kits* escolares eram condições presentes em grande parte das crianças e dos adolescentes atendidos. Esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravo das condições de acesso e permanência na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo constatou a ausência ou a baixa resposta de políticas públicas com capacidade de suprir os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar, com o objetivo de viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, em curto prazo, no município, por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação, ou mesmo em organizações locais da sociedade civil.

Com vistas a elaborar um plano de transição para as famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos do município – feitos para atender às demandas específicas de cada família – encaminhando-as às áreas apropriadas a partir do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como uma ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;
- Realizar encaminhamentos para a Assistência Social, para participação

em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,[12] entre outros. Tais encaminhamentos serão documentados nos relatórios;

- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda;
- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua presença no CGI.

12 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido inicialmente nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), quando as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando algumas necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais.
- Roupas e calçados.
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Compra de medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo, como água, luz e aluguel.

No total, **35 crianças** foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Tumiritinga (MG).

Os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos, visando elaborar um plano de transição para as famílias –o que era feito para atender às demandas sociais específicas, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como uma ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;
- Realizar encaminhamentos para a Assistência Social, para participação em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,[13] entre outros.
- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda;
- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua participação no Comitê Gestor Intertsetorial – CGI.

13 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Tumiritinga

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Tumiritinga.

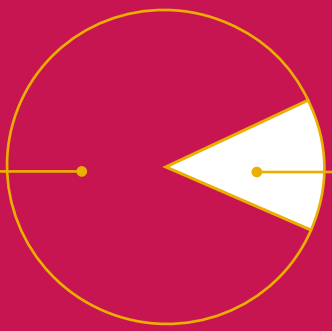
Observações Gerais

- Desigualdade de gênero em termos de número: a maioria das crianças em situação de exclusão social são do sexo masculino. Este dado pode refletir diversos fatores, incluindo as expectativas de gênero e as dinâmicas sociais que influenciam a forma como meninos e meninas são criados e tratados em suas comunidades;
- A maioria das famílias tem baixa renda e é beneficiária de programas de transferência de renda;
- Saúde e deficiência são fatores de destaque sobre a condição de exclusão escolar;
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção;
- A maior concentração de crianças em situação de exclusão social encontra-se na faixa etária de 11 a 14 anos, seguida pelo grupo de 15 a 17 anos, indicando que a exclusão social é particularmente proeminente durante os anos de transição da infância para a adolescência.

Situação da exclusão escolar

(quando cadastrados no Projeto)
Total de 380 crianças e adolescentes

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar



Em risco de evasão | 86,4%
89 crianças e adolescentes

13,6% | **Fora da escola**
14 crianças e adolescentes

Informações complementares

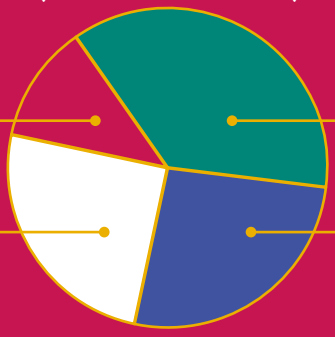
1,0%
somente 1 criança frequentava Instituição Educativa complementar à Escola

1,9%
estavam envolvidas em trabalho infantil, o que pode ser um fator de risco para a exclusão escolar
= 2 crianças e adolescentes

Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede em Tumiritinga

Idade

(No ato do cadastramento)



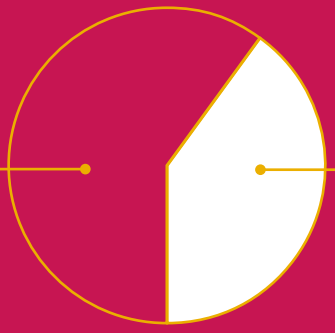
Menos de 6 anos | 11,7%
12 crianças

36,9% | **11–14 anos**
38 crianças

15–17 anos | 25,2%
26 adolescentes

26,2% | **6–10 anos**
27 crianças

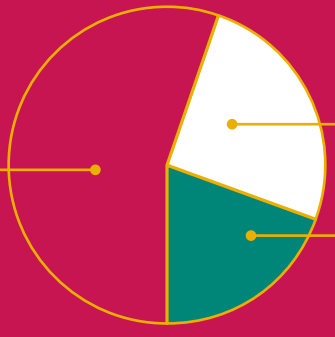
Sexo



Masculino | 60,2%
62 crianças e adolescentes

39,8% | **Feminino**
41 crianças e adolescentes

Cor/Raça



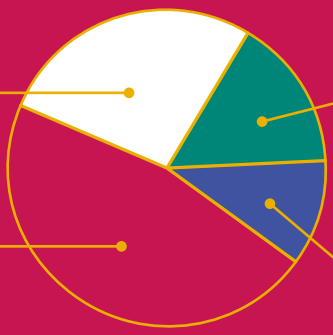
25,2% | **Brancas**
26 crianças e adolescentes

Pardas | 55,3%
57 crianças e adolescentes

19,4% | **Pretas**
20 crianças e adolescentes

Configuração familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem



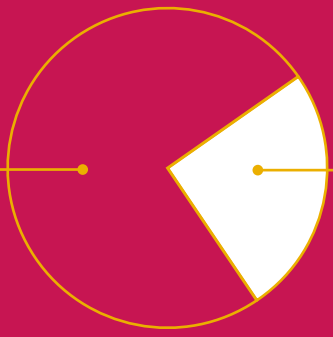
27,2% moram com a mãe, sem o pai
28 crianças e adolescentes

46,6% moram com pai e mãe
48 crianças e adolescentes

15,5% não moram com nenhum dos dois
16 crianças e adolescentes

10,7% moram com o pai, sem a mãe
11 crianças e adolescentes

Responsável pelas crianças e adolescentes

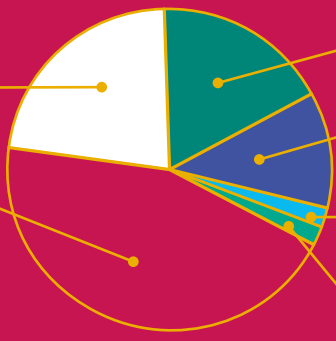


74,8% tinham a mãe como responsável sozinha ou compartilhando
77 crianças e adolescentes

25,2% não tinham a mãe como responsável sozinha ou compartilhando
26 crianças e adolescentes

Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)



Sem informação | 22,3%
23 crianças e adolescentes

Entre 30 e 39 anos | 44,7%
46 crianças e adolescentes

17,5% | **Entre 40 e 49 anos**
18 crianças e adolescentes

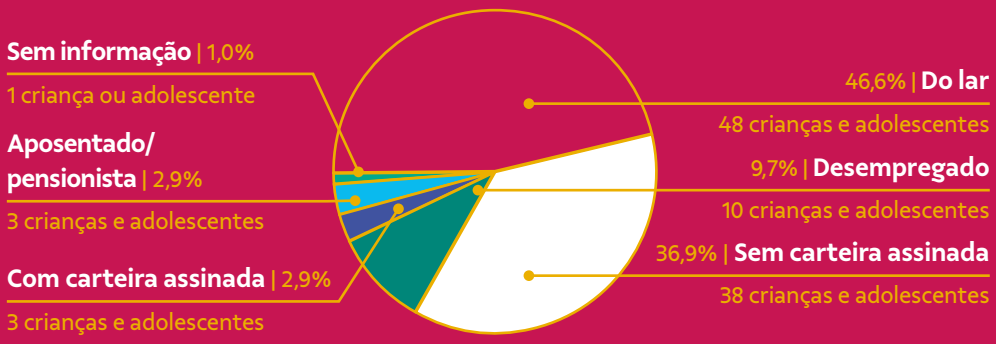
11,7% | **Entre 25 e 29 anos**
12 crianças e adolescentes

1,9% | **Entre 20 e 24 anos**
2 crianças e adolescentes

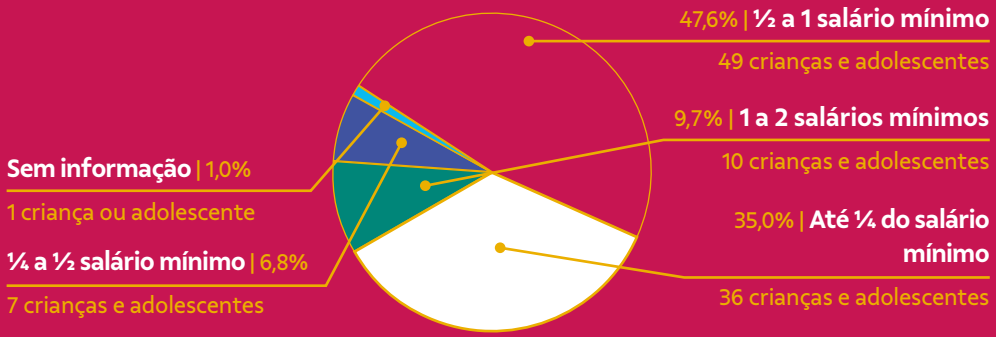
1,9% | **50 anos ou mais**
2 crianças e adolescentes

Trabalho e renda

Ocupação dos responsáveis



Renda familiar



Saúde

27,2%
tinham problemas de saúde
= 28 crianças e adolescentes

6,8%
possuem alguma deficiência, o que pode representar barreiras adicionais para sua inclusão e acesso à Educação
= 7 crianças e adolescentes

1
adolescente estava grávida
= 1,0% das meninas entre 11 e 17 anos de idade

Destaques

Desigualdade Racial

- 74,7% das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que as crianças negras enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdade Social e Econômica

- 74,8% das crianças e dos adolescentes têm a mãe como responsável principal ou compartilhando, enfrentando desafios econômicos e emocionais, especialmente em contextos monoparentais, com a difícil tarefa de equilibrar sobrevivência, geração de renda e cuidados com os filhos;

- Há nestas famílias um percentual significativo de responsáveis "do lar" e desempregadas (46,6% e 9,7% das crianças e dos adolescentes, respectivamente, têm a pessoa responsável nessas situações), – o que indica a baixa participação no mercado de trabalho formal e, consequentemente, maior vulnerabilidade econômica;

- A precariedade no emprego – evidenciada pela alta porcentagem de responsáveis trabalhando sem carteira assinada – destaca uma realidade de instabilidade econômica e falta de segurança trabalhista, o que não só limita o acesso a benefícios e proteções legais, mas também reflete a vulnerabilidade social das famílias;

- O fato de 81,6% das famílias receberem de benefícios de programas de renda sugere a insuficiência crônica de recursos provenientes do trabalho ou de outras fontes. Esta dependência de ajuda externa para atender às necessidades básicas é um forte indicativo de desigualdade social;

- As famílias enfrentam dificuldades para prover recursos educacionais, como material escolar, uniformes e transporte.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018),[14] embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo.

No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento ao racismo podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas a mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

14 Fonte: *IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Visita Domiciliar

Acompanhamento domiciliar de estudantes atendidos pelo TR

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Os dados sugerem a necessidade de políticas públicas e intervenções sociais que sejam sensíveis às diferentes necessidades com base em gênero, idade e raça/cor. As intervenções devem ser projetadas para abordar as desigualdades específicas enfrentadas em cada grupo, promovendo a inclusão e o acesso equitativo a oportunidades para todas as crianças e adolescentes, independentemente de seu sexo, idade ou raça/cor –o que inclui programas educacionais que sejam inclusivos e adaptáveis às necessidades de diferentes faixas etárias e gêneros, bem como estratégias específicas para combater o racismo e promover a igualdade racial. A abordagem deve ser integral, levando em conta não apenas as necessidades imediatas, mas também as trajetórias de longo prazo de crianças e adolescentes em situação de exclusão social.

As políticas públicas devem abordar tais questões de maneira integrada, garantindo que as escolas estejam equipadas para atender às necessidades de saúde e de aprendizagem, além de oferecer suporte adequado a adolescentes grávidas e combater o trabalho infantil. A garantia de acesso à Educação de qualidade para todos com estes desafios é fundamental para romper o ciclo de exclusão e vulnerabilidade social.

Importante sublinhar que a exclusão escolar em Tumiritinga (MG) reflete desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, gênero e classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser consideradas, para garantir o acesso equitativo à Educação.

A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

"Eu tenho muito a agradecer pelo grupo ter me ajudado muito em ambas as áreas; não tenho nada para reclamar e o apoio foi muito essencial, principalmente nas horas que mais precisei. Agradeço muito pela vida de cada um que faz parte deste projeto e, mais ainda, pela vida da Amanda, que tem sido um suporte ultimamente. Gratidão."

Mãe de 4 crianças atendidas no distrito de São Geraldo de Tumiritinga

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o documento "Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados"[15] produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres, e com mais de 20 pastas envolvidas, além do IBGE, do Ipea e da Fiocruz. O documento pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

15 Disponível em https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasila

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças e/ou adolescentes e suas famílias, eram buscadas informações sobre os motivos pelos quais as crianças ou adolescentes não estavam matriculados, tinham abandonado ou evadido da escola, ou estavam infrequentes.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias, a equipe de sistematização do projeto Territórios em Rede categorizou os dados em dois grupos: fatores internos à rede pública de ensino; e fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, que estão além da atribuição da escola, mas que impedem o Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar:

Resumo

- para 65% das crianças e adolescentes, a família alegou como motivo principal a falta de renda, a situação de pobreza e a vulnerabilidade social ou questões familiares (67 crianças);
- para 15,5% das crianças e adolescentes, a família alegou como motivo principal o ambiente escolar, a gestão educacional, a falta de vagas ou o desinteresse da criança pela escolarização (16 crianças);
- para 15,5% das crianças e adolescentes, a família alegou como motivo principal os problemas de saúde da criança ou de familiar (16 crianças).

Fatores Internos à Educação

- **Qualidade do Ensino e do Espaço Escolar**: Em Tumiritinga, 15,5% das crianças e dos adolescentes estão em famílias que mencionaram o ambiente escolar inadequado e a falta de vagas como razões para a exclusão escolar, o que sugere que a qualidade do ensino e a infraestrutura educacional na região necessitam de melhorias para reduzir as taxas de evasão.

Fatores Externos à Educação

- **Condições socioeconômicas**: 65% das crianças e dos adolescentes estão em famílias que citaram a falta de renda, a situação de pobreza, a vulnerabilidade social ou questões familiares como os motivos principais para a exclusão escolar. Este alto percentual reflete desigualdades socioeconômicas profundas na região, onde famílias enfrentam dificuldades financeiras que afetam diretamente o acesso à Educação.

- **Problemas de Saúde**: 15,5% das crianças e dos adolescentes estão em famílias que relataram problemas de saúde da criança ou de membros da família como uma barreira ao acesso à escola – o que indica a necessidade de melhor integração entre os serviços de Saúde e Educação na região, para apoiar crianças e famílias que enfrentam desafios de saúde.

Os dados de Tumiritinga revelam a interconexão de fatores internos e externos na temática da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, questões relacionadas à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também são apresentadas. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar efetivamente a exclusão escolar em Tumiritinga.

"O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual."

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio[16]

Casos ilustrativos

Articulação com Educação, Saúde e Assistência Social

Caso 1

Um caso complexo encaminhado por uma escola ao projeto Territórios em Rede envolveu diversos setores e tratava-se de uma criança de 7 anos, com baixa frequência escolar. A criança apresentava uma condição dermatológica caracterizada por coceira intensa e lesões cutâneas visíveis – fatores que contribuíam para o processo de evasão escolar e a sujeitavam à discriminação de seus colegas. A situação foi discutida em uma reunião Intersetorial, resultando em um plano de ação coletivo. Incluído nesse plano estava o acompanhamento domiciliar à mãe da criança, visando à promoção do engajamento parental e ao suporte emocional, dada a condição de não naturalidade da mãe na cidade de Tumiritinga. A criança foi encaminhada para avaliação e tratamento dermatológico, observando-se uma melhora inicial, seguida de uma recaída, que demandou um monitoramento mais sistemático pelos profissionais de Saúde e Assistência Social. O caso estava sob a atenção do Conselho Tutelar, devido a denúncias anteriores relacionadas a possíveis negligências. A Assistência Social, até então

16 BURGOS, Marcelo *et al*. "Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente". In: *Revista Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, 2014, pp. 71-105.

não envolvida diretamente, iniciou o acompanhamento, incluindo serviços de Psicologia. A família foi beneficiada com auxílio material. O caso exigiu a mobilização e a colaboração de diversos setores, resultando na melhora da frequência escolar da criança. A equipe responsável orientou a mãe sobre a importância de documentar formalmente os episódios de saúde que justificassem as ausências escolares. Além disso, um déficit visual foi identificado na criança, levando-a a uma consulta com o oftalmologista e, subsequentemente, a aquisição de óculos corretivos. Um irmão mais novo também manifestou sintomas de uma condição dermatológica semelhante, em fase de diagnóstico e tratamento. Devido à escassez de recursos no município de origem, o acompanhamento foi realizado em Governador Valadares, com a assistente social coordenando os deslocamentos. A mãe apresentava dificuldades de compreensão e adesão às orientações fornecidas, aspecto que foi abordado pela equipe interdisciplinar. O caso continuou recebendo acompanhamento e suporte da rede integrada, evidenciando uma abordagem colaborativa e sistemática.

Caso 2

Uma família acompanhada pelo Territórios em Rede envolveu a articulação entre redes educacionais de Tumiritinga e Cariacica. A menina havia estudado em Cariacica, e surgiu uma grande dificuldade em resgatar sua documentação escolar, tanto em Tumiritinga quanto em outras localidades. Diante desse impasse, a equipe de Cariacica (onde o projeto também atua) tomou a iniciativa de ir à escola onde a menina havia estudado, obtendo as informações necessárias e repassando-as para o pessoal em Tumiritinga, com dados de contato atualizados. Com essas informações em mãos, a escola em Tumiritinga conseguiu se comunicar com a outra instituição educacional, que apresentava pendências em relação à documentação da aluna. Esse esforço conjunto possibilitou a resolução gradual da situação. O caso ilustra como problemas aparentemente simples podem se tornar complexos, acumulando pendências em diversas escolas e causando confusão para as famílias, que, muitas vezes, não sabem onde

> encontrar soluções. O aspecto relevante deste acompanhamento é que ele demonstrou a efetividade do projeto Territórios em Rede na articulação entre municípios, utilizado para solucionar o problema da documentação da estudante.

A análise destes dois casos no contexto das políticas públicas revela limites significativos nas estruturas municipais, com implicações diretas no acesso e na qualidade dos serviços prestados à população. A ausência de especialidades de serviços de Saúde locais/regionais e dificuldades na gestão de registros educacionais demonstram a necessidade de aprimoramento da infraestrutura e do capital humano nos setores da Saúde e da Educação. Esta situação obriga a população a buscar serviços em outros municípios, criando barreiras adicionais ao acesso, que incluem custos de transporte e tempo, afetando desproporcionalmente as famílias mais vulneráveis. Do ponto de vista da cidadania, tais limites diminuem a possibilidade de as crianças exercerem plenamente seus direitos. A inacessibilidade a serviços de Saúde especializados e a ineficiência na gestão de documentação escolar não apenas impedem o acesso a direitos básicos, mas também contribuem para a exclusão social e escolar. A cidadania plena pressupõe não apenas a garantia de direitos, mas, sobretudo, a possibilidade de os acessar de maneira efetiva e equitativa. Como observado nestes casos, a atuação em rede emerge como solução pragmática e pontual frente às deficiências das políticas públicas locais. Ela demonstra a capacidade de redes colaborativas em mitigar as falhas do sistema, porém, não deve ser vista como substituta das responsabilidades governamentais. Em longo prazo, políticas públicas estruturantes e bem implementadas são essenciais para garantir a cidadania plena e reduzir a dependência de soluções *ad hoc*, garantindo uma sociedade mais justa e equitativa.

Intersetorialidade

Os casos narrados, de forma breve, revelam a importância da lógica intersetorial orientando as ações da equipe do Territórios em Rede em Tumiritinga. Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visa identificar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criam condições para que as crianças e suas famílias acessem seus direitos.

O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações com órgãos (CRAS, CREAS e CT)[17], escolas ou unidades de saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar, a rede municipal de ensino começou a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa escolar. Esse passo incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a facilitação dos entraves na matrícula, dentre as quais incluíam: aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo; e articular a obtenção de documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedir o restabelecimento do vínculo escolar.

17 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar.

Exemplos de Parcerias

Reunião do Comitê Gestor Intersetorial de Tumiritinga onde o trabalho em grupo possibilitou duas importantes providências: os encaminhamentos referentes à construção coletiva do plano de trabalho da Busca Ativa Escolar BAE/Unicef no município e a proposta de constituição de um grupo de apoio aos pais de crianças e adolescentes com deficiência. A necessidade de acolhimento aos pais já era um tema de interesse tanto do setor da Saúde quanto da Educação. Também foi criado um grupo com atuação entre os setores, a fim de promover maior fluidez nas articulações das demandas intersetoriais.

Reunião do Comitê Gestor Intersetorial

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

O município de Tumiritinga segue estruturando a Busca Ativa escolar como uma ação intersetorial. O projeto realizou mais uma formação agregando diferentes atores sociais que fazem parte da Busca Ativa. Estiveram presentes representantes das escolas das redes municipal e estadual, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar.

Formação para parceiros locais

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Resultados e impactos

Com uma meta inicial de 108 inserções, o número alcançado em Tumiritinga (MG) evidencia o desafio do combate à exclusão escolar presente no município, que apresenta um saldo migratório negativo. Ao mesmo tempo, o projeto demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre 103 crianças ou adolescentes identificados, 95 voltaram para a escola ou permaneceram nela, ou seja, uma taxa de 93%.

- 14 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 7 foram matriculados (50%)
- 89 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão e 88 foram reinseridos (99%)

	Identificadas	Inseridas	Meta	Alcance da meta
Tumiritinga	103	95	108	88%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de identificação

No Territórios em Rede de Tumiritinga, o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares sobre abandono e infrequência, foi a principal forma de localização de crianças e adolescentes fora da escola, representando 44,7%. O desdobramento de listas, ou seja, indicações recebidas posteriormente, mais derivadas da lista inicial, compreendeu, ainda, mais 4,9% das localizações. Em seguida, a Busca Ativa (abordagem ativa) representou 33%. Esta modalidade de identificação resulta de um trabalho de sondagem direta nos territórios, sem amparo de listas de casos, para a localização de crianças e adolescentes.

Por outro lado, 6,8% das identificações foram resultado de demanda espontânea, quer dizer, quando o projeto é procurado espontaneamente pela família. As indicações diretas da rede articulada desempenharam papel importante, com equipamentos públicos da assistência, como CRAS, CREAS[18] e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), contribuindo com 6,8%, o Conselho Tutelar, com 2,9%, além de uma indicação de um equipamento da Saúde.

Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes identificados	%
Busca Ativa: abordagem ativa	34	33,0%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente	7	6,8%
Indicação de equipamento público da Assistência (CRAS, CREAS, SEAS)	7	6,8%
Indicação do Conselho Tutelar	3	2,9%
Indicação de equipamento público de Saúde (UBS, UPA, CAPS) ou Agente Comunitário de Saúde	1	1,0%
Listas oficiais da Educação de unidade escolar ou de Secretarias de Educação (abandono, infrequência, distorção idade-série)	46	44,7%
Listas oficiais da Educação – desdobramento (indicação de alguém da lista)	5	4,9%
Total	**103**	**100%**

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Além disso, o Territórios em Rede teve papel crucial, ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território buscou

18 Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social

promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos orientados ao acolhimento de estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que desse às ações um caráter perene e efetivo.

Acervo de material e vídeos/ documentários publicados no Canal Youtube do projeto

Para alcançar resultados satisfatórios, foram realizados **894 acompanhamentos a crianças e adolescentes/famílias** para orientações e encaminhamentos necessários a famílias atendidas. Para esses atendimentos, foram realizadas **775 visitas domiciliares** e **310 contatos remotos**. Dos 80 encaminhamentos feitos pela equipe visando à reinserção escolar:

- **50** foram para a Assistência Social;
- **15** para a Saúde;
- **12** para a Educação (serviços adicionais à matrícula) e
- **3** para organizações da sociedade civil.

Incidência política

O Territórios em Rede apoia a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelos municípios. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação dessas políticas.

Há uma série de ações realizadas, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada município seja única e progressiva.

A implementação da metodologia do projeto, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar de crianças e adolescentes, inicia um percurso de incidência prática, a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização orientadas ao atendimento de casos identificados.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Intersetorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, neste sentido, incentivando a permanência ativa desses espaços, inclusive por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas, com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente**, com foco nesta agenda. É necessário destacar que as ações realizadas neste sentido são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

Ações de incidência para a política pública

Em Tumiritinga (MG), o trabalho de incidência política começou, desde o início, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as secretarias municipais. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em programas educacionais e assistenciais. A partir das potencialidades identificadas, o projeto iniciou uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

Assim, o Comitê Gestor Intersetorial estabeleceu uma dinâmica de reuniões mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos, as características da população identificada nesta situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

No município de Tumiritinga, as seguintes Secretarias e instâncias públicas participaram do Comitê Gestor:

- Secretaria Municipal de Educação (equipe psicossocial, secretária municipal, gestores e pedagogos escolares);
- Secretaria Municipal de Saúde (equipe psicossocial);
- Secretaria Municipal de Assistência Social (técnicos de referência do CRAS);
- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CMDCA.

Neste cenário, teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia **Busca Ativa Escolar**, uma iniciativa do Unicef e da Undime[19] para municiar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar, traçando um caminho para promover a estruturação de uma política pública, por meio de formações destinadas à utilização de plataforma on-line. Este programa disponibiliza, aos municípios, informações para a apropriação metodológica das ações de Busca Ativa Escolar e do trabalho intersetorial. Desse modo, o projeto estabeleceu, com a Prefeitura de Tumiritinga, um processo de trabalho, desde o incentivo à adesão do município à estratégia até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de Saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

19 Fundo das Nações Unidas para a Infância e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc., fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: Busca Ativa escolar Página inicial. https://buscaativaescolar.org.br/

Formação da plataforma BAE

Formação para a plataforma BAE

Foto: Banco de imagens do Projeto, 2023.

Em Tumiritinga, a gestora de Polo do projeto realizou uma formação sobre a plataforma da Busca Ativa Escolar (BAE), com os representantes das escolas das Redes Municipal e Estadual de Ensino.

Os avanços obtidos com o progresso do trabalho intersetorial fomentado pelo projeto devem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de Comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso proporcionando atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Realização de alinhamento para visitas domiciliares em conjunto com a

rede, para atendimento aos casos mais vulneráveis, principalmente em conjuntos residenciais;

- Análise conjunta dos dados diagnósticos sobre indicadores educacionais e sociais do município;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial por Decreto Municipal, fazendo com que a metodologia do projeto se tornasse política pública em Tumiritinga;
- Incidência sobre a necessidade de ampliação da oferta de vagas escolares em bairros específicos, contribuindo com o planejamento do Poder Público para abertura de novas turmas e escolas;
- Como reconhecimento do trabalho realizado, o município foi convidado pelo Ministério de Educação (MEC) para participar do Seminário Trilhas de Aprendizagem, sobre intersetorialidade na Educação.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS[20], o Conselho Tutelar, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve início ao final do trabalho de campo da equipe, com o objetivo de manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.

20 Centro de Referência de Assistência Social e Unidades Básicas de Saúde

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Considerações e aprendizagens

"Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos, precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação."

Natacha Costa, diretora da Cidade Escola Aprendiz[21]

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e as aprendizagens obtidas ao longo dos 18 meses, foi sistematizado um conjunto de considerações e recomendações.

Busca ativa escolar na zona rural

Foto: Banco de dados do projeto, 2022.

21 Disponível em https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola

Quanto ao fluxo e monitoramento das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF, como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado, com informações atualizadas sobre crianças, famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;
- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para a ampliação do conhecimento sobre o perfil discente como insumo para a gestão escolar e o projeto político pedagógico;
- Não exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o histórico do estudante permanece no sistema de gestão acadêmica (nos casos em que já passou pela rede) e, muitas vezes, se torna um impeditivo para a sua matrícula;
- Parceria com os Órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre as entidades, a fim de regulamentar os procedimentos de troca de informações, com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Quanto ao acesso à escola

- A mediação do projeto entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na rede municipal de ensino revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à sua saúde ou, ainda, por problemas relacionados a fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;

- O retorno do ensino presencial revelou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a estas demandas o contínuo investimento em formação continuada e acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;

- A ampliação e a qualificação de informações sobre a matrícula, resultaram em maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis, com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios, para que toda a rede de proteção procure orientar devidamente os responsáveis;

- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);

- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto escolar;

- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso de crianças à escola, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco, exclusão de "estudantes-problema" (comumente considerados de natureza comportamental, indisciplina e/ou baixo aproveitamento nos estudos), em situação de medida socioeducativa, vagas para irmãos na mesma escola, etc.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP), incluindo formas de prevenção da exclusão de estudantes em situação de infrequência, numa perspectiva inclusiva e equitativa;

- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção (percurso escolar) e à permanência;
- Compromisso da escola com o abandono "zero";
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil, para a prevenção da exclusão e promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas, que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência, e territoriais;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandêmico;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em sua Educação;

- Investimento em serviços de Saúde Mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde, para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico, especialmente de adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar, por meio da participação ativa da comunidade e dos responsáveis, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;
- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros) para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar;
- Realização de campanha permanente, pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e na cidade, por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, folders, panfletagem, uso de carro de som, etc.) de forma planejada, para maior efetividade dos resultados.

Quanto à Intersetorialidade e Colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos, para enfrentar o problema da exclusão escolar, de maneira multidimensional e sistêmica, considerando-se os aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre setores e serviços levou a uma utilização mais racional dos recursos, evitando duplicação de agendas, redundâncias de ações, e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, com metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por variados programas;
- A articulação de redes de serviços, para atendimento das demandas das famílias, permitiu que sujeitos e comunidades tivessem acesso a um

conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem o qual, possivelmente, teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;

- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece a defesa e a incidência em políticas, facilitando a liberação de recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;

- A ativação dos territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, e o envolvimento da sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;

- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada Secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Tumiritinga: Tumiritinga-Minas Gerais.
São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-64569-35-5

1. Crianças e adolescentes - Educação 2. Direito à educação 3. Educação – Projetos 4. Exclusão escolar 5. Políticas educacionais 6. Projeto Territórios em Rede.

24-238813 CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Iniciativa:

FUNDAÇÃO VALE

Parceiro Executor:

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

CENTRAL
Territórios em Rede
Territórios em Rede

Iniciativa:

FUNDAÇÃO VALE

Parceiro Executor:

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

ISBN: 978-85-64989-35-5